COP-23

DEFINIÇÕES FICARAM PARA 2018

DA REDAÇÃO

A 23ª Conferência das Partes (COP-23) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) – adotada no Rio de Janeiro, em 1992 – foi realizada em Bonn, na antiga capital da Alemanha Ocidental. No entanto, o país anfitrião foi Fiji, um pequeno arquipélago situado no Pacífico sem estrutura para receber os 25 mil participantes do encontro. Sujeitas a extinção, as ilhas Fiji foram devastadas, em 2016, pelo ciclone Winston, com a morte de 44 pessoas e a destruição de um terço do seu Produto Interno Bruto (PIB).

Essa era a primeira reunião da Conferência depois de o presidente Donald Trump dos Estados Unidos – o segundo maior emissor de gases do efeito estufa do mundo depois da China – ter anunciado a saída do Acordo de Paris, de 2015. Havia preocupação sobre a orientação dada pela Casa Branca quanto à implementação da meta de manter o aquecimento global abaixo de 2 °C.

Dois temas tiveram destaque: um relativo à ratificação das metas assumidas pelos países desenvolvidos até 2020, quando será válido o Acordo de Paris – esse pode ser considerado um ponto a favor dos países em desenvolvimento –; e outro relativo ao chamado "diálogo *talanoa*", expressão de Fiji para um diálogo de colaboração e conciliação a partir de 2018.

O Brasil colocou-se à disposição para sediar a COP de 2019. Segundo o rodízio estabelecido pela UNFCCC, será a vez de um país da América Latina ou do Caribe presidir as negociações climáticas. ■

PRÓXIMOS PASSOS

Como o fechamento do cronograma das regras do Acordo de Paris ficou para 2018, a COP-23 ganhou caráter eminentemente técnico. As conclusões confirmaram pontos já definidos no passado e postergaram assuntos como o financiamento das medidas contra as mudanças climáticas.

Na COP-16, de 2010, realizada em Cancún, no México, foi criado o chamado Fundo Verde, para garantir a ajuda aos países em desenvolvimento para enfrentar as mudanças climáticas. A sua função seria de administrar as doações dos países ricos. Na oportunidade, os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão prometeram um financiamento de US$ 100 bilhões até 2020.

O Banco Mundial foi convidado a ser o gestor do Fundo junto a um conselho formado por 24 membros, com igualdade de representação de países desenvolvidos e em desenvolvimento, junto com representantes dos pequenos Estados mais ameaçados pelo aquecimento.

Os anos passam-se, e nada acontece. Este é um ponto sensível das negociações: a responsabilidade dos países desenvolvidos no combate das mudanças climáticas, os primeiros a aumentarem consideravelmente a carga de gases do efeito estufa na atmosfera.

A COP-23 será seguida de uma série de encontros sobre mudança climática agendados para antes da Cúpula Climática da ONU, em setembro de 2019, incluindo a COP-24, que será realizada em Katowice, na Polônia, localizada numa região com forte presença da indústria de carvão.